

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência (TR) tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços continuados de seguro total para a frota de veículos do SAAE de Viçosa-MG, conforme especificações e exigências detalhadas neste TR.

1.2. A finalidade do presente Termo de Referência é estabelecer normas, critérios e condições contratuais e fornecer informações que possibilitem a apresentação de propostas pelas empresas em procedimento licitatório e, posteriormente, a celebração do contrato do objeto deste TR.

1.3. Equipamentos e implementos pertencentes à Autarquia deverão estar cobertos pelas apólices dos veículos ou caminhões aos quais estão acoplados, compreendendo cobertura total de cascos, peças e serviços desses equipamentos ou implementos, conforme descrição abaixo:

1.3.1. Tanque de Hidrojateamento, fabricante Prominas, modelo SLM-080, fabricação 06/2004, acoplado ao caminhão VW Worker 23230, ano 2013, placa PUH-7946; e

1.3.2. Tanque Pipa, marca Flamar, fabricação 06/2014, capacidade 10.000 (dez mil) litros, acoplado ao caminhão Ford Cargo 1717e, ano 2013, placa OLS-1996.

1.4. A contratação de seguro total é para 43 (quarenta e três) veículos da frota do SAAE de Viçosa-MG, sendo 29 (vinte e nove) veículos leves/pesados e 14 (quatorze) motocicletas, de acordo com tabela disposta no item 7.2. O seguro deverá compreender assistência 24 (vinte e quatro) horas, por 7 (sete) dias semanais, com valor mínimo de mercado – casco 100% da tabela FIPE; Danos Materiais = R\$ 50.000,00; Danos Corporais = R\$ 50.000,00; e APP = R\$ 10.000,00 por passageiro de veículos e de motocicletas – e com franquia normal.

1.5. A cobertura do seguro compreenderá, detalhadamente, os seguintes aspectos:

- a. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- b. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- c. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- d. Queda em precipícios ou pontes ou queda de agentes externos sobre o veículo;
- e. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- f. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- g. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
- h. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, seja em dependências internas, seja em vias públicas;
- i. Acessórios e implementos não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- j. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

- k. Atos involuntários praticados por terceiros;
- l. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- m. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- n. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
- o. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou do aceite do documento equivalente, podendo ser prorrogado, conforme previsto no artigo 57 , II da lei 8.666/93.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de seguro total (cobertura abrangente), com assistência de 24 (vinte e quatro) horas, por 7 (sete) dias semanais, para frota de veículos do SAAE de Viçosa-MG, tem por objetivos principais resguardar a Autarquia de pagamentos a terceiros por acidentes que possam ocorrer, causados pelos ou aos veículos de sua frota, garantir proteção ampla nas mais variadas situações e servir de segurança à Autarquia e aos seus condutores.

2.2. A opção pela cobertura abrangente dá-se com intuito primeiro de abranger o escopo de acidentes, sinistros e atos de terceiros à frota do SAAE de Viçosa-MG. Segundo, a cobertura permite maior segurança por compreender danos materiais, corporais e acidentes pessoais por passageiros.

2.3. A opção pela franquia normal se dá devido ao pequeno número de registros de sinistros nos últimos anos pela autarquia. A legislação de compras no Brasil é embasada em dois pilares básicos: redução de preço e controle de preços.

## **3. DA ASSISTÊNCIA PRESTADA**

3.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros. A assistência deve estender-se a todo território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

3.2. A CONTRATADA deverá possuir uma central de comunicação para aviso de sinistro. Esta central poderá funcionar por *e-mail*, telefone, fax ou serviço *on-line*, com acessibilidade em todo o território nacional.

3.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

3.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

3.5. A CONTRATADA deverá nomear preposto para, durante o período de vigência da apólice, representá-la na execução do objeto, devendo, no ato da assinatura do contrato, informar dados

completos do referido preposto à SETRAN - Seção de Transporte e Logística - do SAAE de Viçosa-MG.

#### **4. DA APÓLICE**

4.1. A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.1. O valor da franquia obrigatória da seguradora (100%), em real e por veículo;

4.1.2. O valor do bônus mínimo estabelecido, em classe, por veículo.

4.1.3. Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo.

4.1.4. As apólices deverão ser entregues EM PARCELA ÚNICA, dentro do prazo especificado no item 6.6 deste Termo.

#### **5. DO ENDOSSO**

5.1. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE e processadas pela CONTRATADA, mediante endosso ou termo aditivo, aplicando-se as regras constantes nos itens 5.4 e 5.5.

5.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice

5.3. A emissão de endosso não deverá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela SETRAN.

5.4. As regras aplicadas à inclusão e/ou à substituição de veículo (s), durante o período de vigência da apólice, são:

5.4.1. Em caso de veículos a serem incluídos, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

5.4.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.4.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à SETRAN.

5.4.4. Caberá à SETRAN, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA

obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

5.5. As regras aplicadas à **exclusão de veículo** (s), durante o período de vigência da apólice, são:

5.5.1. A CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante as seguintes fórmulas:

$$X \div 12 = Y \quad \text{e} \quad Y \times Z = VT$$

Onde

**X** é o valor anual do prêmio do veículo;

**12** é o número de meses;

**Y** é o valor mensal do prêmio por veículo.

**Z** é o número de meses restantes para o término da apólice; e

**VT** é o valor total a ser devolvido à Autarquia.

5.5.2. O valor de Z (número de meses restantes para o término da apólice) será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela SETRAN à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e de recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

5.5.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

5.5.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada pela CONTRATADA, devendo enviar recibo, devidamente quitado, à SETRAN.

## 6. DA VISTORIA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. A licitante poderá vistoriar os veículos na ETA I do SAAE, situada na Rua do Pintinho, s/n, Bela Vista, Viçosa-MG, de segunda a sexta-feira, de 07h00 às 16h30, mediante prévio agendamento pelo endereço eletrônico [setran@saaevicosa.mg.gov.br](mailto:setran@saaevicosa.mg.gov.br) ou pelo telefone (31) 3899-5610.

6.2. Não realizada a vistoria, considera-se que a licitante aceitou as condições em que se encontram os veículos.

6.3. As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

6.4. Os veículos estarão segurados a partir da assinatura do contrato.

6.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os itens em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

6.6. Todos os itens de que trata esta licitação deverão obedecer às especificações constantes no Edital e seus anexos.

## 7. DO VALOR DO CONTRATO E DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. O valor estimado para esta contratação será composto pela estimativa de preços médios, por meio de orçamentos apresentadas por empresas do ramo.

7.2. O valor que será objeto de disputa será o VALOR GLOBAL pela execução dos serviços referentes ao seguro contratado para os 29 (vinte e nove) veículos e as 14 (catorze) motocicletas da frota do SAAE de Viçosa-MG, conforme planilha abaixo:

LOTE 01								
Veículos lotados na ADMINISTRAÇÃO								
ITEM	MARCA	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	TIPO	VALOR MÉDIO
1	FIAT	PALIO WK ADVEN 1.8 16v	2011	HLF-5159	282098453	9BD17309PB4347840	LEVE	R\$ 2.096,75
2	FIAT	FIAT STRADA CS 1.4	2007	HMN-7089	931284287	9BD27802A87016193	LEVE	R\$ 2.848,86
3	VW	Fox Connect	2021	RMP-1F61	1255769570	9BWAB45Z5M4014820	LEVE	R\$ 4.071,01
4	HONDA	CG CARGO 125	2001	GSU-9278	766876012	9C2JC30301R003648	MOTO	R\$ 1.474,63
5	YAMAHA	FACTOR YBR125 E	2009	HLD-1244	193401665	9C6KE1210A0034391	MOTO	R\$ 1.577,77
6	HONDA	NXR 150 BROS ES	2013	OVS-6359	707205573	9C2KD0550ER305285	MOTO	R\$ 1.522,52
7	YAMAHA	XTZ150 CROSSER ED	2015	PWA-3166	1048221463	9C6DG2510F0029156	MOTO	R\$ 1.650,90
Valor total: R\$ 15.242,43 (Quinze mil, duzentos e quarenta e dois reais, quarenta e três centavos)								
Veículos lotados na ÁGUA								
ITEM	MARCA	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	TIPO	VALOR MÉDIO
8	VW	KOMBI	1999	HMM-4226	719833426	9BWZZZ237XP012491	LEVE	R\$2.869,81
9	FIAT	UNO MILLE FIRE	2008	HMN-7833	952592550	9BD15822786080960	LEVE	R\$2.933,14
10	VW	GOL ECOMOTION G4	2011	OLS-1992	429441711	9BWAA05W2CP051970	LEVE	R\$2.751,68
11	FIAT	FIAT FIORINO FLEX	2012	OMH -7724	488200148	9BD255049D8952105	LEVE	R\$2.174,13
12	VW	SAVEIRO 1.6 CS	2012	OPC -3045	504581287	9BWKB05U3DP094117	LEVE	R\$3.757,26
13	VW	KOMBI	2012	OPC-3027	504578375	9BWMF07X0DP010727	LEVE	R\$1.901,29
14	FIAT	NOVO UNO Way 1.0	2014	OXI-1402	1005903040	9BD195162E0574240	LEVE	R\$2.438,82
15	FIAT	STRADA CD 1.4	2014	PUB-7069	1006856576	9BD578341E7788503	LEVE	R\$4.356,60
16	Fiat	Fiorino 1.4	2021	RMN-2A54	1255573845	9BD2651MHM9174667	LEVE	R\$4.438,57
17	Fiat	Fiorino 1.4	2021	RMN-2A62	1255573942	9BD2651MHM9174676	LEVE	R\$4.006,71
18	Hyundai	HR (carroceria madeira)	2009	HLF-0438	142812188	95PZBN7HP9B015017	PESADO	R\$4.234,53
19	Hyundai	HR (carroceria madeira)	2009	HLF-0439	142819280	95PZBN7HP9B015018	PESADO	R\$4.006,84
20	Vw	7.90 (carroceria de madeira)	1990	HMM-4101	248211790	9BWLTH739LCB24525	PESADO	R\$2.607,37
21	Ford	F 350 (carroceria madeira)	2006	HMN-4309	876392826	9BFJF379X6B028786	PESADO	R\$2.956,42
22	Ford	Cargo 1717e Equipado com Tanque Pipa marca Flamar	2011	OLS-1996	455.842.370	9BYEAWU9CBS01740	PESADO	R\$3.929,68

		cap.10.000 Lts, Ano Fab. 06/2014 )						
23	Iveco	Daily 70C16HDCD (carroceria madeira)	2011	OLT-0206	474302105	9533G8247ER439508	PESADO	R\$4.543,24
24	VW	Worker 23.230 Equipado com equip. hidrotrato marca Prominas Mod. SLM 080 Ano Fab. 06/2004)	2013	PUH-7946	1013583369	9533G8247ER439508	PESADO	R\$4.543,24
25	HONDA	CARGO PROFISSIONAL	1990	GSU-8G62	00248639579	9C2JA0101LR202574	MOTO	R\$1.449,23
26	YAMAHA	FACTOR YBR125 E	2009	HLD-1263	193404273	9C6KE1210A0034390	MOTO	R\$1.577,77
27	HONDA	CG 125 CARGO ES	2013	OVS-6342	00707415535	9C2JC4140DR504698	MOTO	R\$1.488,60
28	HONDA	NXR 150 BROS ES	2013	OVS-6375	00707529573	9C2KD0550ER308446	MOTO	R\$1.522,52
29	HONDA	CG CARGO 125 ES	2013	OVS-6379	00707320534	9C2JC4140DR503775	MOTO	R\$1.488,60
30	HONDA	CG CARGO	2013	OVS-6D67	00708695450	9C2JC4140DR504312	MOTO	R\$1.488,60
31	YAMAHA	XTZ150 CROSSER ED	2015	PWA-3170	01048219930	9C6DG2510F0029306	MOTO	R\$1.650,90

Valor Total: R\$ 69.115,53 (Sessenta e nove mil, cento e quinze reais, cinquenta e três centavos)

Veículos lotados no ESGOTO:

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	TIPO	VALOR MÉDIO
32	VW	SAVEIRO 1.6 CE	2009	HLF-2292	193371715	9BWL05U2AP058077	LEVE	R\$2.775,31
33	VW	8.100 (carroceria madeira)	1997	GMM-9042	681972416	9BWV2TL54VRB03572	PESADO	R\$2.699,35
34	Ford	F 350 (carroceria madeira)	2005	HMN-2803	859777952	9BFJF37G85B016634	PESADO	R\$3.151,20

Valor Total: R\$ 8.625,85 (Oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais, oitenta e cinco centavos)

Veículos lotados nos SERVIÇOS URBANOS/RESÍDUOS SÓLIDOS

ITEM	MARCA	MODELO	ANO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	TIPO	VALOR MÉDIO
35	VW	KOMBI	2010	HLF-5045	279886080	9BWMF07X9BP015955	LEVE	R\$ 3.408,57
36	FIAT	SIENA EL 1.4	2013	OPI-7898	512685029	9BD372171D4029607	LEVE	R\$ 2.413,69
37	Ford	Cargo 1517e (caçamba Basculante)	2010	HLF-2378	195404734	9BFXCE5U9ABB49617	PESADO	R\$ 3.361,82
38	Iveco	Eurocargo 170e22 (caçamba Basculante)	2010	HLF-5487	304775045	93ZA1NFH0B8711273	PESADO	R\$ 3.198,49
39	Iveco	Eurocargo 170e22 (caçamba Basculante)	2010	HLF-5488	304.778.010	93ZA1NFH0B8711163	PESADO	R\$ 3.069,45
40	VW	8.150 (carroceria madeira)	2001	HMM-6188	757030785	9BWV2VD2X1R105298	PESADO	R\$ 2.567,18
41	YAMAHA	XTZ 125E	2005	HCZ-3115	862197457	9C6KE037050038940	MOTO	R\$ 1.597,43
42	HONDA	CG 150 JOB	2006	HDN-7012	899876188	9C2KC08307R000974	MOTO	R\$ 1.507,61
43	HONDA	NXR150 BROS MIX ES (FISC.)	2010	HLD-2551	198963378	9C2KD0520AR012903	MOTO	R\$ 1.532,64

Valor Total: R\$ 22.656,87 (Vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais, oitenta e sete centavos)

**Valor Global do Lote: R\$ 115.640,68 (Cento e quinze mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos)**



## **8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 8.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato.
- 8.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 8.5. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- 8.6. Observar as condições de prestação dos serviços estabelecidas neste Termo de Referência, em especial no que diz respeito ao valor de mercado referenciado, apólice, avaria, aviso do sinistro, bônus, endosso, franquia, salvados, sinistros, vistoria prévia, regulação de sinistro, indenização, indenização integral, questionário de avaliação de risco, inclusão, substituição e exclusão.
- 8.7. Executar o objeto como disposto neste TR, sendo expressamente vedada a interveniência de corretor de seguros, conforme determina dispositivo do *decisum* do Acórdão nº. 600/2015, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Exercer a fiscalização dos serviços contratados por meio de servidor especialmente designado para acompanhamento do serviço, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, atestando as respectivas faturas emitidas.
- 9.2. Solicitar a substituição do representante da CONTRATADA, caso este não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- 9.3. Arcar com os recursos financeiros necessários a realizações dos serviços previstos neste TR.
- 9.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, especialmente as de natureza grave.
- 9.5. Prestar à contratada informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto deste TR.
- 9.6. Aplicar à contratada as sanções regulamentares, quando for o caso.
- 9.7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 9.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

9.9. Promover, pelo servidor designado para acompanhamento dos serviços, a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

## 10. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

10.1. A apólice será recebida, **provisoriamente**, pela CONTRATANTE, através da Seção de Transporte, por meio de servidor designado, para verificar a adequação do objeto às especificações exigidas no Termo de Referência. A mesma deverá ser apresentada no máximo até 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato. Do mesmo modo, sendo necessário correções da apólice, a CONTRATADA deverá realiza-las no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da comunicação oficial da solicitação da CONTRATANTE.

10.2. Após verificada a conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida **definitivamente**, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento.

10.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da prestadora contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Os pagamentos serão procedidos por meio de ordem bancária, por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.

10.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

10.5.1. O pagamento de qualquer Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA será suspenso, no todo ou em parte, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, ficando o mesmo retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

10.5.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

10.5.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Autarquia deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como



ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.7. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Serão consideradas vencedoras as propostas que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresentarem o MENOR PREÇO GLOBAL para a execução dos Serviços.

11.2. O agrupamento dos itens em um único lote se justifica, diante da verificada viabilidade prática e econômica, uma vez que a criação de lote possibilita agilidade, eficiência da execução dos serviços, na questão do monitoramento, fiscalização e parametrização da qualidade dos serviços, sem contar a questão da logística, que facilita e diminui custos para as empresas interessadas, proporcionando condições de melhores ofertas de lances.

11.3. Por conta destes relatos acima descritos, foi criado um lote contendo itens que possuem características semelhantes, que na maioria das vezes são fornecidos por um mesmo fornecedor, de modo a ampliar a competição da melhor forma possível. Visto que, caso a licitação fosse feita por itens, dificultaria a celeridade nas manutenções sem contar na funcionalidade da Autarquia em realizar a fiscalização e a comunicação, pois poderia haver várias empresas ganhadoras, cada uma prestando serviço para um item.

11.3.1. De acordo com o que dispõe o artigo 23, §§ 1º e 7º, da Lei 8666/93, tem-se que:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (...) § 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

11.3.2. À vista de mencionados dispositivos, foram editadas as Súmulas 247 e 114, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), respectivamente, com as seguintes redações:

Súmula 247 - TCU:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

Súmula 114 – TCE/MG:

“É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, com exigências de habilitação proporcionais à dimensão de cada parcela, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala, adotando-se, em cada certame, a modalidade licitatória compatível com o valor global das contratações”.

11.3.3. Uma leitura apressada poderia levar o incauto à equivocada conclusão de que a adoção do tipo de julgamento “menor preço por lotes” seria, a princípio, uma irregularidade. No entanto, é de se observar que ambas as Súmulas em questão possuem condições no sentido de que a licitação por itens somente deve ser adotada quando “tal medida propiciar melhor aproveitamento das condições de mercado”, quando “não acarretar perda da economia de escala” e quando “não acarretar prejuízo para o conjunto ou complexo a ser contratado”.

11.3.4. As disposições acima expostas, evidenciam de forma clara e incontestável o caráter excepcional do regramento que compele a Administração Pública a licitar o objeto em diversos itens, posto que são claras ao condicionar tal obrigação à comprovação da viabilidade técnica e econômica de tal fracionamento, assim como à inexistência da perda da economia de escala. Na mesma linha condicional, o parágrafo sétimo do artigo 23 da Lei 8.666/93 ressalta a necessidade de inexistência de prejuízo ao conjunto do objeto que se pretende adquirir. Não se discute que, em determinadas situações, o fracionamento do objeto licitado em vários itens permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas. Quanto a tal fato, não resta a menor dúvida, todavia, apesar da competição e acirrada disputa entre os particulares serem objetivos traçados na norma regulatória em comento, esta razão não permite prejuízos ao erário com o único fim de possibilitar maior acesso aos particulares. O que se pretende com o processo licitatório, além da democratização da participação, é a maior vantajosidade para a Administração.

11.4. A Administração Pública, por óbvio, encontra-se compelida a observar o princípio da legalidade e, em sendo constatadas as condicionantes contidas nos dispositivos legais acima apontados, efetivamente se encontrará a mesma compelida a dividir o objeto pretendido em tantos itens quanto for possível, desde que permaneça evidenciada a inexistência de qualquer espécie de prejuízos, seja de ordem financeira, seja relativa à eficiência administrativa, tendo em vista que também se encontra vinculada à tal Princípio Constitucional.

11.5. No mesmo sentido, destaca-se, ainda, a lição de Justen Filho, na qual salienta que:

"...a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento".

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ed. São Paulo: 2005, Dialética, p. 207).

11.6. O que se divisa na presente situação é o êxito da prestação de serviço em sua completude, em seu conjunto. A licitação em questão, se realizada por itens, certamente trará não só um maior custo para a Autarquia, como também representará uma série de riscos, conforme já mencionado anteriormente, motivo pelo qual justifica-se a adoção do tipo de julgamento "menor preço por lote".

## 12. DAS FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A fiscalização dos serviços será realizada por servidor previamente designado pelo SAAE, que acompanhará a execução das cláusulas do Contrato, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.2. Todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente ou conforme prazo estabelecido pelo fiscal dos serviços, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso.

12.3. O exercício da fiscalização pelo servidor designado para acompanhar os serviços não excluirá ou reduzirá em nada a responsabilidade da CONTRATADA.

12.4. A fiscalização dos serviços poderá aplicar multas e penalidades, nos termos das cláusulas do Contrato, à CONTRATADA, dando-lhe ciência do ato, por escrito, e, observando-se a decisão da Direção Geral acerca de eventual recurso interposto pela CONTRATADA, comunicando ao setor financeiro da CONTRATADA, para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA.

## 13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos, consignados no orçamento do SAAE de Viçosa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	DOTAÇÃO	FICHA
ADM	17.122.0021.8501.339039	F 18
ÁGUA	17.512.0447.8502.339039	F 71
ESGOTO	17.512.0449.8503.339039	F 134
RESÍDUOS	17.512.0448.8520.339039	F 184



13.2. O valor total estimado para a contratação dos serviços pelo período de 12 (doze) meses será de **R\$ 115.640,68 (Cento e quinze mil, seiscentos e quarenta reais, sessenta e oito centavos)**, que deverá ser realizado em total conformidade ao previsto neste termo de referência, edital e contrato.

Viçosa, 08 de agosto de 2023.

---

Manoel de Oliveira Miranda  
Diretor de Gestão Corporativa

---

João Lucas Lima Aquino Ganem  
Diretor de Engenharia e Manutenção

---

Maxmiller Ferreira de Castro  
Diretor de Limpeza Pública e  
Gestão de Resíduos Sólidos